CAPA: DONALDO
REVISÃO: CARLOS CERF

EDITÔRA FULGOR LIMITADA
R. ANHANGUERA, 66 - CX. POSTAL, 1821
TELEFONE 51-3095 — SÃO PAULO — 1967

LUÍS WANDERLEY TORRES

Promotor Público — Catedrático de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de Bauru — Assistente da Cadeira de Direito Romano da Universidade Mackenzie — Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

CRIMES DE GUERRA

O GENOCÍDIO

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS (O.N.U.)
CARTA DA O. E. A.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM

SEGUNDA EDIÇÃO

Para a Biblioteca Central de Patos, oferta do autor.
Patos, 19/11/76

FULGOR

os personagens dos monstruosos atos, compõem uma tragédia das mais tenebrosas, vivida pela Humanidade dos nossos dias. O coroamento de tudo são aqueles crimes, e o final, os julgamentos dos seus agentes.

Acompanha o texto, os documentos marcantes da nossa época: A Carta das Nações Unidas; a Declaração Universal dos Direitos do Homem; e a Carta da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.).

Esta 2.ª edição vem algum tanto ampliada e melhorada, trazendo ainda como apêndice, o julgamento de Karl Adolf EICHMAN, que apaixonou a opinião pública mundial, em passado recente.

O autor é veterano de publicações de larga retumbância, entre elas, a biografia de Tiradentes (Tiradentes, a Áspera Estrada para a Liberdade, 1955) em marcha para uma 2.ª edição bem mais ampla, e que ostentará cêrca de 50 inéditos sôbre o inolvidável Alferes. É êle, ainda, professor de Direito Internacional Público da Faculdade de Direito de Baurú, e Assistente da cadeira de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie. Tem credenciais bastante para a elaboração do trabalho ora publicado, do maior interêsse para os dias que correm.

Os Editôres.

RÁPIDA BIOGRAFIA DO AUTOR

O autor do presente trabalho é promotor público na capital de São Paulo; catedrático de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito de Baurú; assistente da cadeira de Direito Romano da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, e membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Aos 20 anos escreveu um livro de contos regionais *(Prismas)*, não tendo daí por diante parado nas suas atividades como escritor. Em 1958 escreveu o romance *Adelaide, a Filha do Circo,* tema inspirado na penetração e povoamento das terras dos ínvios sertões do Oeste brasileiro. Êsse trabalho logo se esgotou, dado o extraordinário interêsse despertado. Outros assuntos foram motivos de sua argúcia, entre êles: *Apostilas de Direito Internacional Público,* que serviram de roteiro às aulas da matéria lecionada em Baurú.

O presente trabalho *Crimes de Guerra,* da mais viva atualidade, vem ilustrado com alguns exemplos objetivos e é ampliação de uma tese levada ao plenário do «Congresso Interamericano do Ministério Público» em 1954, em São Paulo, tendo a mesma sido aprovada pela unânimidade dos países participantes, inclusive os Estados Unidos. O autor, pela primeira vez, em um Congresso Internacional, emitiu a idéia da redação de um Código Mundial para os delitos interestatais, vendo seu alvitre aprovado por unanimidade. A redação dêsse Código, como o de Direito Internacional Público, está no entanto para ser executada um dia, tão difícil é sintetizar num código de fácil manuseio, matéria tão relevante e tão ampla. Em outubro de 1955 foi lançado de sua autoria: *Tiradentes, a Áspera Estrada para a Liberdade,* com extraordinário êxito, à caminho da 2.ª Edição, mais ampliado, com um sem-número de *inéditos* de Tiradentes ou a êle referentes, produto de 14 anos de pacientes estudos e pesquisas nos arquivos coloniais. Trazendo a nossa formação histórica desde o descobrimento até a Inconfidência Mineira, através da documentação de cada época, recebeu o autor os mais vivos elogios dos historiadores e críticos contemporâneos, pela seriedade e desvêlo com que soube abordar um tema tão vasto e tão complexo.

O presente trabalho *Crimes de Guerra,* é uma sínte[illegible] nífica de um assunto atual, e no presente livro se torna[illegible] vel não só ao estudioso do Direito como ao leigo e ao [illegible] da leitura dêsses temas.

Ninguém melhor que o próprio leitor para dar uma [illegible] definitiva.

OS EDITÔRES

Nenhum estudioso de Direito Penal ou de Direito Internacional pode presentemente ignorar os 4 grandes tipos de crimes surgidos com a última Grande Guerra e que encheram de espanto o mundo inteiro: os Crimes de Guerra; os Crimes Contra a Paz; os Crimes Contra a Humanidade; e o Genocídio. O estudo dêsses aspectos da criminalidade internacional, mesmo depois dos julgamentos de Nuremberg, não se encontrava coordenado num livro que fôsse a síntese do que anda disperso num sem-número de publicações. O presente trabalho, elaborado por um credenciado autor, já se encontra em 2.ª edição, tendo a 1.ª se esgotado em apenas um mês após o lançamento. Daí se conclui o extraordinário interêsse que o tema desperta não só em nosso país como em todo o mundo. É ainda o único em língua portuguesa com referência àqueles 4 grandes crimes. Todos os aspectos, com exemplos os mais elucidativos, daqueles delitos, são analisados com intensidade e calor, sem no entanto sair do seu ângulo sério e justo.

Da maneira como foi elaborado interessa não só ao estudante de Direito como ao leigo, pois desfila em suas páginas um cortejo sinistro de temas preparatórios das cenas onde foram perpetrados os crimes; e o cenário, assim como

⟶

OBRAS DO AUTOR

Prismas — Ed. Gazeta de Limeira — 1947 — (esgotado)

Adelaide, a Filha do Circo, (Romance) — Ed. Impres — 1958 — (esgotado)

Crimes de Guerra, Crimes Contra a Humanidade — Ed. Revista dos Tribunais — 1954 — (esgotado)

Tiradentes, a Áspera Estrada para a Liberdade — Editôra Obelisco — 1965.

Crimes de Guerra, o Genocídio, 2.ª edição — Editôra Obelisco — 1967.

Calúnia, Difamação, Injúria — em preparo.

Os Trabalhos e os Dias (poesia) — em preparo.

A Sentença que Condenou Tiradentes — Rev. dos Tribunais.

ÍNDICE

Criminosos de Guerra em 1914/18 9

O Crime Dentro da Guerra 13

Etiologia do Conflito 19

O Crime de Guerra no Conflito 1939/45 29

Ato Constitutivo do Tribunal Militar Internacional 39

Genocídio 41

Carta das Nações Unidas 57

Declaração Universal dos Direitos do Homem — 10/12/48 101

O.N.U. 107

Carta da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.) 109

APÊNDICE

O Caso Karl Adolf Eichmann 131

PREFÁCIO

Prefaciar um livro de história não é trabalho fácil, ainda mais quando a personagem central é do porte agigantado de Tiradentes e o episódio focalizado um dos momentos mais decisivos e dramáticos do processo da nossa libertação política.

O livro de Luís Wanderley Tôrres não é uma narrativa simples que situe o leitor, comodamente, diante de fatos aparentemente consumados, porque os fatos históricos, da verdadeira história, não são estáticos, mas são causas de uma série de efeitos, efeitos que por sua vez se transformam em novas causas, numa corrente formada por elos que não desaparecem, mas que permanecem dinâmicos na evolução dos povos, na marcha da civilização.

Aceitar o passado como coisa morta é o mesmo que admitir uma árvore sem raízes. O passado alimenta o presente como as raízes a árvore.

Há fatos históricos que são mais vibrantes ou menos vibrantes, mais apaixonantes ou menos apaixonantes, isto sim. Mas, mesmo admitindo esta assertiva, um acontecimento que por vêzes parece de menor importância, assume, em determinado momento, singular significação e seu estudo reclama maior profundidade, maior análise e apuradas e longas pesquisas. Exemplifiquemos. Quando as côrtes de Lisboa tramavam a recolonização do Brasil, D. Pedro, então Príncipe Regente, assina o Manifesto de 6 de agôsto de 1822, que é violentíssimo contra Portugal e o que ali vai narrado adquire proporções de um terrível libelo, o que não aconteceria se a situação fôsse outra e os deputados lusos, em grande parte, não fôssem tão vesgos. De uma época para outra a interpretação de um fato pode ser feita com maior ou menor intensidade, não que o fato tenha mudado, mas visto em outro momento e sob outro prisma, êle passa a ser compreendido de outra forma.

Um vulto como Tiradentes desperta pontos de vista discordantes, provoca debates, o que, na realidade, é prova de que permanece vivo, contemporâneo, como integrante de um processo histórico. Daí ser assunto palpitante e sempre atual. E isto demonstra que o livro de Wanderley, já de início, apresenta êsse mérito evidente, porque não se coloca nos limites de um conformismo inadimissível, o que pode ser muito bom para as

horas de lazer, mas jamais para o tema abordado e para quem o abordou.

Tiradentes não pode ser visto com indiferença. Os que amam a opressão sempre verão nêle um fantasma, e de forma velada ou aberta (geralmente velada), procuram detratá-lo; os que amam a liberdade, os que admiram os heróis e exaltam os mártires terão no glorioso alferes mineiro um dos mais nobres símbolos de quantos deram a vida em holocausto pela libertação dos povos.

Sôbre seu nome tombou quase um século de silêncio. Silêncio pesado. Silêncio provocado pelo receio de ofender a Família Imperial.

O mártir do Movimento Revolucionário Mineiro fôra julgado no tempo em que reinava D. Maria I, a qual tendo comutado a pena de morte de quantos nela foram condenados, só não comutou a de Tiradentes, que não foi apenas enforcado, mas que sofreu esquartejamento e teve partes do seu corpo penduradas nos postes do lugar onde pregou a liberdade, não se lhe respeitando sequer a cabeça, que ficou exposta como um aviso sinistro. Ora, D. Maria era mãe de D. João VI, conseqüentemente avó de D. Pedro I e bisavó de D. Pedro II. E lembrar o drama grandioso da sua vida não seria, por certo, agradável à família reinante, embora os descendentes daquela rainha em nada poderiam ser afetados. Mais: E talvez aqui, uma razão tão forte quanto a mencionada: Tiradentes era republicano! E comungavam com êle os homens mais cultos da Colônia e poetas dos mais ilustres e inspirados da língua portuguêsa.

Foi um republicano e só a República pode vê-lo em tôda sua plenitude e dar-lhe consagração oficial. A Monarquia não tinha, é evidente, condições para isso.

Luís Wanderley Tôrres não quis apenas escrever uma biografia de Tiradentes. Mais de dez anos de pesquisas e pesquisas das mais sérias e difíceis, lhe custaram tempo e dinheiro para atingir a desejada meta de nos apresentar um livro fartamente documentado. Êle mostra como foi palmilhada a áspera estrada para a liberdade.

Apresenta-nos um relato histórico que começa com a chegada de Cabral. Em seguida traça um paralelo entre a redobrada violência dos castelhanos ao enfrentar aztecas e incas e a não tão violenta conquista dos portuguêses. O certo, porém, é que os espanhóis tiveram que enfrentar povos de cultura adiantada, no México no Peru, enquanto o português teve a sorte de deparar com um povo primário, que não tinha sentido da propriedade

privada a não ser de objetos de uso pessoal, e, assim mesmo, encontrou, em certos casos, resistência e teve que lutar contra a forte Confederação dos Tamoios. No México, evidentemente, havendo uma sólida organização social, houve forte resistência na defesa das terras invadidas. O mesmo aconteceu na tomada de Cuzco, capital do Império Inca.

E, de lance em lance, vai descrevendo a formação do espírito brasileiro e a formação da nacionalidade, dois elementos inseparáveis, através dos séculos, nas lutas para a conquista das terras desconhecidas na epopéia bandeirante e nos combates para defendê-la dos invasores estrangeiros.

Citando Sílvio Romero, lembra que já no século XVII o país amanhecia para a liberdade, e disto temos na obra fecundíssima do baiano Gregório de Matos, indistrutíveis provas.

Aparece, na literatura pátria, o têrmo *brasileiro,* já designando indivíduo nascido no Brasil. E cita:

Que os Brasileiros são bestas,
e estão sempre a trabalhar
tôda a vida pra manter
maganos de Portugal.

É já nos fins do século XVII e princípio do XVIII, que os paulistas descobrem as opulentas minas de ouro e as catas estonteantes de Vila Rica, depois Ouro Prêto.

Transpôr a Linha de Tordesilhas, significava conquistar um território que por fôrça do tratado dêsse nome, não pertencia à coroa lusa, pois que a América portuguêsa era um têrço da atual área geográfica brasileira. A par desta conquista, temos a luta contra os invasores. O brasileiro sente que está construindo uma pátria, invadindo o sertão e defendendo o seu solo das investidas de piratas, corsários e aventureiros.

A consciência nacional vai se robustecendo, tomando corpo, e por isso mesmo aspirando a liberdade e lutando por ela, até o momento culminante em que surge a figura ímpar, destemida e desassombrada de Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha Tiradentes.

Que o Brasil estava no caminho de sua independência não há o que discutir. Basta dizer que não se passaram 30 anos do sacrifício de Tiradentes, para que um Príncipe português, D. Pedro, libertasse o Brasil de Portugal.

Ètnicamente já nos diferenciávamos do peninsular.
Observa Wanderley Tôrres:

«O mameluco, o mulato, o cafuso eram *raças* nacionais, nativas do solo brasileiro, desconhecidas e impossíveis de serem geradas na Europa.»

Manoel Bonfim *(O Brasil,* Coleção Brasiliana, vol. 47) escreve: «Portugal colonizou o Brasil, mas não poderia ter sido seu verdadeiro *povoador,* porque lhe faltava matéria-prima — gente, na proporção necessária. Na população do Brasil que em 1822 se destacou de Portugal a dose de sangue português era inferior a 30%.»

E mais adiante:

«O historiador inglês Robert Southey que estudou profundamente a história da formação brasileira sustenta que o sangue indígena predominava no Amazonas e em outras partes do nosso território, e assegura que se não fôsse a tenacidade do jesuíta protegendo os índios não teria sido possível aos europeus manterem suas colônias no comêço do século XVII. E Diogo de Vasconcelos em 1612 escrevia ao Rei de Portugal que *sem gentio mal se poderá remediar nem se povoar tão larga costa.*»

O elemento africano, a raça negra começou a ser trazido para o Brasil logo nos meados do século XVI.

«Desenvolvendo-se a cultura da cana de açúcar, e conseguintemente os engenhos, e desejando a Metrópole promover essa indústria, facultou por Alvará de 29 de março de 1549 (D. João III) o resgate à custa dos colonos senhores de engenhos, a introdução de escravos africanos de Guiné e Ilha de S. Tomé, em número de 120 a cada senhor de engenho montado e em estado de funcionar, mediante favor da redução dos direitos.» (Perdigão Malheiro, *A Escravidão Africana no Brasil* (parte histórica), Cadernos de História, n.º 8).

E tal a importância do negro que Antonil informa em seu precioso livro *Cultura e Opulência do Brasil:*

«Os escravos são as mãos e os pés do senhor de engenho; porque sem êles no Brasil não é possível fazer, conservar, e aumentar fazenda, nem ter engenho corrente.»

Em São Paulo, por exemplo, no ano de 1822, registrava-se «um total de 219 246 habitantes, compreendendo 161 971 livres e 57 275 escravos. Repartidos pela côr, 115 894 eram brancos, 50 650 pretos e 52 702 pardos. Metade da população, pois, descendia de africanos, que nessa época forneciam a maioria dos trabalhadores rurais.» (Paulo R. Pestana, *A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num Século* (1822-1922). Publicação da Secretaria da Agricultura, 1923).

Nota-se que não fala em mamelucos que estão excluídos dos pretos e pardos, o que nos leva a crer que estão incluídos entre os brancos, pois como é sabido mamelucos havia em São Paulo, desde os descendentes de João Ramalho e Bartira, e foram o forte das bandeiras. E isto diz tudo.

É neste cenário que o ilustre autor de *Tiradentes — a Áspera Estrada Para a Liberdade,* colocou sua personagem, não o estudando como um caso isolado, fora da realidade, mas como um momento culminante da História Pátria.

E para nos dar um retrato tanto quanto possível seguro dentro dos contôrnos fortes da paisagem em que os fatos se desenrolam, publica documentos conhecidos, pouco divulgados outros, e outros tantos inéditos. Junta-os todos para que o leitor sinta em que material se alicerça sua obra.

Wanderley Tôrres desce a detalhes impressionantes desde o momento da delação, a demorada formação do Tribunal Especial para julgar o crime de Inconfidência, a longa espera nos cárceres imundos, a leitura da negreganda sentença, a compreensão superior de Tiradentes face ao temor de muitos, seu espírito altamente humano e sua serenidade até o momento em que foi enforcado.

É certo que nem tudo que diz ou escreve se afina com tudo o que já se disse e escreveu. Mas aqui é que está exatamente a beleza dos estudos históricos — abrir clareiras e levantar problemas que outros aproveitam e discutem, acompanhando esta eterna marcha da humanidade, que, insatisfeita, sempre procura caminhos em busca da verdade ou de soluções que a satisfaça.

Para lembrar apenas um exemplo, o autor, seguindo determinada corrente, dá a morte de Cláudio Manoel da Costa como suicídio. Há os que afirmam que o poeta fôra assassinado na prisão. (Vide o estudo *O Homicídio do Desembargador Cláudio Manoel da Costa,* de Jarbas Sertório de Carvalho — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. LI).

O livro de Luís Wanderley Tôrres é um manancial de informações e documentos, em que, com seu estilo claro e com segurança de quem domina a matéria, apresenta ao leitor abundante material, para melhor conhecimento do herói e mártir da nossa Independência.

S. Paulo, 7 de Setembro de 1965

BRASIL BANDECCHI

mas extremamente cioso da sua liberdade. Em dado instante tôda a alma dêsse povo é capaz de se galvanizar, notadamente quando se trata de ferir os seus sentimentos ou de ameaçar a sua liberdade. Passado porém êsse instante psicológico, nenhum povo se encontra mais disposto a esquecer e perdoar. O autor explica essas facetas da alma nacional, através os elementos e os fatos históricos que compuseram a estrutura do povo brasileiro.

A autor nasceu em pleno coração do Nordeste, em Patos, na Paraíba, e desde os 17 anos aprendeu a viver sòzinho. Bem môço veio para Santos, já com todos os preparatórios, para ingressar num curso superior. Dificuldades de tôda a ordem, fizeram com que demorasse cêrca de dois anos para cursar a Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, indo antes trabalhar em Vitória (Espírito Santo). Ainda estudante, percorreu os sertões do Nordeste, no rasto de Lampião, e nisso passou cêrca de seis meses, sem no entanto lograr encontrar-se com o terrível facínora. Queria fazer uma reportagem sensacional. Depois de diplomado, foi advogar entre os faiscadores de ouro nos ínvios sertões de Piancó. Em Patos, em 1940, fêz a primeira reportagem logo após a invenção do Radar, para a Revista da Semana, quando ali esteve o sábio I. Gardner e seus companheiros, para observarem e fazerem experiências num eclipse total da lua.

Em 1943 veio para S. Paulo e se transformou em fazendeiro, em Bariri. Logo, por difícil concurso, ingressava no Ministério Público paulista. Espírito livre por índole, pouco se lhe dá estar frente a frente com Lampião, com o papa (como em 1950), ou a almoçar com o embaixador Assis Chateaubriand e a conversarem sôbre história. 26 vêzes percorreu o país, e ora se encontra nos Andes a andar lado a lado com a llamas, ora entre os fanáticos do Joazeiro do Padre Cícero. Acha que tem razão seu antigo mestre de Direito Penal, Gilberto Amado, quando dizia: "O Brasil tem sabor, o Brasil é essencialmente bom!"

Diz que pagou a sua dívida para com seu país, escrevendo êste livro. O leitor lhe irá aplaudir, e lhe dará razão!!!

CAPA: PERY CAMPOS FILHO

"... Dentre os nossos historiadores, há um que tem percorrido todo o Brasil em busca de documentos inéditos para um livro sôbre a vida de Tiradentes. Trata-se do Dr. Luis Wanderley Torres, nome de marcante prestígio, quer nas letras jurídicas (pois é membro do Ministério Público Paulista) quer no jornalismo, quer entre os intelectuais de renome.

Êsse ilustre escritor lança, sob o título: *Tiradentes — A Áspera Estrada Para a Liberdade*, um livro, onde estuda pormenorizadamente a vida dêsse insígne brasileiro, que com seu sangue e sua honra, abriu a estrada para a nossa liberdade. Tivemos em mãos cópia dêsse trabalho e estamos capacitados para dizer ser o mais extraordinário trabalho nos últimos decênios realizado no país, calcado em pesquisas as mais profundas, sendo um autêntico roteiro para a mocidade e os estudiosos, no sentido de estudarem realmente as bases da formação étnica, moral e cívica do nosso país. É um livro de extraordinário valor."

MOACYR DE BARROS MELLO.

DO DIÁRIO COMÉRCIO & INDÚSTRIA, DE S. PAULO.

A UNIÃO
DOMINGO
16-07-2000

Ernany e Antonieta (V)

■Evaldo Gonçalves
Secretário do Trabalho e Ação social

Por conta disso, desejou, quando da substituição do titular daquela Pasta, que o novo chefe da Casa Civil, também, fosse uma pessoa de sua confiança. Soube, nessa oportunidade, que ela influiu para a indicação do meu nome, o que, de plano, foi aceito pelo governador Ernani Sátyro.

É ponto pacífico, no entendimento de quantos conviveram com Dr. Ernani Sátyro e D. Antonieta, que ela jamais se metia nos negócios do Estado. Sempre teve a maior confiança nas ações do esposo, quer como ministro, deputado ou governador. Claro que acompanhava todos os fatos e acontecimentos que envolviam a atuação do dr. Ernani, como homem público, sem interferência explícitas. Acreditamos nós, que fizemos o seu governo, que ela até pudesse oferecer sugestões e alternativas. Todavia, se o fazia era de forma a mais discreta e sóbria, como convinha a uma grande dama.

Num único episódio administrativo, durante os quatro anos do governo Ernani Sátyro, foi detectado certo interesse de D. Antonieta por uma solução satisfatória, que deixasse bem seu esposo: foi quando da substituição do chefe da Casa Civil do governador, em 1972, depois da crise política decorrente das eleições municipais de Campina Grande. Ela tinha algumas informações sobre o funcionamento da Casa Civil, que não se compatibilizavam com o estilo do governador, nem com o dela.

Por conta disso, desejou, quando da substituição do titular daquela Pasta, que o novo chefe da Casa Civil, também, fosse uma pessoa de sua confiança. Soube, nessa oportunidade, que ela influiu para a indicação do meu nome, o que, de plano, foi aceito pelo governador Ernani Sátyro.

Realmente, tivemos, enquanto estive naquele cargo, um excelente relacionamento, e a Casa Civil funcionou bem, muito do seu agrado e da aprovação do Governador. Houve uma plena adequação dos serviços com o estilo do Dr. Ernany Sátyro, tudo funcionando na hora e dentro das diretrizes traçadas pelo chefe do Executivo Estadual.

Foi um período de muito trabalho e ação produtiva, em que a administração rendeu muitos dividendos para o Estado e para os paraibanos. Total articulação com os demais órgãos estaduais, estreito relacionamento com a classe política, além de reconhecido desepenho administrativo.

Em todas as horas, tanto o Governador do Estado, quanto a Primeira Dama, nunca faltaram com o seu apoio às ações da Casa Civil, o que determinou o êxito das atribuições de tão importante setor do Governo do Estado.